



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável**

**SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de
Regularização Ambiental**

Parecer nº 11/SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA/2021

PROCESSO Nº 1370.01.0003758/2021-72

| | | | |
|---|---|--|----------------------------|
| Parecer Único de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) nº 24653102/2021 (SEI) | | | |
| Processo SEI:1370.01.0003758/2021-72 | | | |
| Processo SLA: 294/2020 | | SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento | |
| EMPREENDEDOR: | Galileu Cardoso Naves | CPF: | 323.456.906-15 |
| EMPREENDIMENTO: | Fazenda Santa Maria (matrículas 18.493 e 18.494) | CNPJ: | 323.456.906-15 |
| MUNICÍPIO(S): | Monte Carmelo/MG | ZONA: | Rural |
| COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM): | LAT/Y 18°45'44.43" | LONG/X | 47°20'15.53" |
| CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: 1. Fator locacional zero | | | |
| CÓDIGO: | ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017): | CLASSE | CRITÉRIO LOCACIONAL |
| G-02-04-6 | Suinocultura | 3 | 0 |
| G-02-07-0 | Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime de extensivo | 2 | 0 |
| | | | |

| | | | |
|---|--|---|---|
| G-01-03-1 | Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivo agrossilvipastoris, exceto horticultura | 2 | 0 |
| CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: | | REGISTRO: | |
| Bruenna Cristina Araújo Costa (engenheira ambiental) - CREA MG 243887/D | | CTF AIDA-IBAMA: 7752126/ ART 14202000000006492738 | |



Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia de Paula Dias, Servidor(a) Público(a)**, em 25/01/2021, às 18:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor(a)**, em 25/01/2021, às 21:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24653226** e o código CRC **22C92BF6**.



Parecer Único de Licença Ambiental Simplificada (LAS) nº 24653102/2021

O empreendimento Fazenda Santa Maria (matrículas 18.493 e 18.494) – coordenadas geográficas 18°45'44.43" S. e 47°20'15.53" W.-, atua no ramo agrossilvipastoril, exercendo suas atividades no município de Monte Carmelo - MG. Em 22/12/2020 foi formalizado no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado de nº 294/2020, via Relatório Ambiental Simplificado - RAS. Em 20/01/2021 foram solicitadas informações complementares, sendo respondidas em 25/01/2021.

As atividades conduzidas no empreendimento desde 10/05/2015 são: a "suinocultura", com 6.988 animais alojados, "criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo", com animais (bovinos) criados em sistema extensivo numa área de 310,69 ha e "culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura", sendo cultivados café e eucalipto, numa área de 382,48 ha; estas atividades justificam a adoção do procedimento simplificado.

O empreendimento já obteve junto ao órgão ambiental uma Autorização Ambiental de Funcionamento - AAF nº 2775/2017 (processo administrativo nº 28359/2012/001/2017), com validade até 10/05/2021.

As atividades mencionadas anteriormente são conduzidas por 24 funcionários fixos, numa propriedade de 1.219,2527 ha, sendo 39,45 ha de área construída e 809,6 ha de área útil. Na propriedade residem duas famílias.

No empreendimento existem 4 galpões com capacidade total para alojar 6.988 animais, onde por meio de contrato de integração com a empresa BRF, os animais são confinados, em regime de crescimento e terminação, onde chegam com cerca de 25 Kg e idade de 65 dias, permanecendo por 120 dias neste regime, recebendo ração, água e tratamento sanitário até a sua saída para o abate, com cerca de 125 Kg. Os lotes seguem o sistema *all in all out*, com vazio sanitário de 5 dias entre os lotes.

O empreendimento está localizado em área com presença de cursos d'água, nascente e lago, lagoa/reservatório de água artificial e apresenta remanescentes de formações vegetais, caracterizados como cerrado.

Foi informado no RAS que as áreas de preservação permanente - APP e reserva legal estão protegidas por cercas.

O consumo e o uso de água para a condução das atividades no empreendimento estão regularizados por meio das Portarias: 1905126/2019, 02617/2017 e 1908518/2020, com validades 07/08/2024, 10/08/2021 e 12/11/2030, respectivamente.

Como principal impacto inerente às atividades conduzidas no empreendimento, devidamente mapeado no RAS, tem-se a geração de efluentes. O efluente de natureza sanitária é direcionado para fossas sépticas; os dejetos (urina) dos bovinos são infiltrados no solo coberto com vegetação - pastagem-, e os dejetos suínos são destinados para um sistema de tratamento composto por 2 biodigestores seguidos de uma lagoa impermeabilizada e o efluente deste sistema é aplicado (87,08 m³/ha/ano) em 351,5 ha de lavouras de café na própria fazenda.

A geração de ruídos - emissão de sons pelos animais e pela movimentação de veículos-, não é alvo



de mitigação, devido à localização do empreendimento no meio rural – distante das aglomerações urbanas.

Quanto aos resíduos sólidos: os animais mortos são dispostos em células de compostagem e, posteriormente, são usados como adubo orgânico nas lavouras de café; as embalagens vazias de medicamentos veterinários e demais resíduos de serviço de saúde são recolhidos pela empresa integradora BRF S. A. e encaminhados, por esta, à empresa INCA – Incineração e Controle Ambiental, contratada pela BRF S.A; as embalagens vazias de agrotóxicos são entregues à ARDAMONTE – Associação das Revendas de Defensivos Agrícolas da região de Monte Carmelo; os resíduos de origem doméstica são disponibilizados para o serviço público municipal de coleta de resíduos de Monte Carmelo- MG.

Foi apresentado o protocolo de inscrição do imóvel no CAR, Cadastro Ambiental Rural – Recibo número : MG-3143104-8023.C5C8.EFA2.451A.84C4.8E22.2E19.8492, com área declarada de reserva legal de 244,1818 ha e adesão ao Programa de Regularização Ambiental - PRA.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados nos estudos apresentados, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Vale salientar a importância da adoção de técnicas conservacionistas de solo, principalmente, nas divisas das áreas de preservação permanente e reserva legal com as áreas de cultivo, a fim de conter processos erosivos e carreamento de insumos utilizados na agricultura.

O uso racional de defensivos agrícolas (agrotóxicos) deve ser uma prática no empreendimento, com adoção do MID (Manejo Integrado de Doenças) e MIP (Manejo Integrado de Pragas), sempre que possível.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes nos estudos apresentados, sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento Fazenda Santa Maria (matrículas 18.493 e 18.494) do Sr. Galileu Cardoso Naves para as atividades de “suinocultura”, “criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo” e “culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura”, conduzidas no município de Monte Carmelo-MG, pelo prazo de “10 anos”, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo, portanto, o empreendedor e, ou consultor, o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e descritas neste parecer.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Fazenda Santa Maria (matrículas 18.493 e 18.494)”

| Item | Descrição da Condicionante | Prazo* |
|------|---|-------------------------------|
| 1 | Executar os Programas de Automonitoramento, conforme definidos no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes. | Durante a vigência da licença |
| 2 | Promover a limpeza das lagoas de estabilização – remoção do lodo-, a fim de garantir a sua eficiência. Frequência: assim que 1/3 de seu volume total estiver ocupado com o lodo. Obs.: Dar destinação ambientalmente correta ao lodo removido, podendo o mesmo ser aplicado como adubo orgânico em solo cultivado, neste caso, deve ser apresentada a recomendação de adubação, elaborada segundo critérios agrônômicos e acompanhada da ART do profissional habilitado para tal. | Durante a vigência da licença |

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram Triângulo Mineiro, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programas de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Fazenda Santa Maria (matrículas 18.493 e 18.494)”

1. Solo

| Local de amostragem | Parâmetro | Frequência de Análise |
|---|---|-----------------------|
| Nas áreas submetidas às aplicações dos adubos orgânicos (efluente do sistema de tratamento dos dejetos suínos e composto oriundo da composteira) ^{1,2,3,4} | pH, K (Potássio), P (Fósforo), Ca (Cálcio), Mg (Magnésio), S (Enxofre), Cu (cobre), Zn (zinco), Na (Sódio), Al (Alumínio), CTC efetiva, CTC potencial, Matéria Orgânica e Saturação por Bases. Somente no primeiro ano o empreendedor deverá apresentar a análise da textura do solo. | Anualmente |

(1) Seguir recomendação da aplicação de compostos orgânicos elaborada por técnico habilitado, seguindo os princípios agrônômicos.

(2) A recomendação da taxa de aplicação dos fertilizantes orgânicos no solo deve ser elaborada/revista anualmente de acordo com os critérios agrônômicos.

(3) A amostragem deverá ser realizada na camada de 0-20 cm e 20-40 cm, conforme “Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 1 – Amostragem de solo, pag. 13 -20” (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.

(4) A cada análise realizada, apresentar croqui da área com os pontos de amostragem georreferenciados. Caso a aplicação ocorra em propriedade diversa, anexar anuência do proprietário.

Relatórios: Enviar à Supram, no 1º ano, no 5º ano e no 10º ano da vigência da licença ambiental (até o 20º dia do mês subsequente às análises realizadas), as análises de solo realizadas anualmente, acompanhadas de laudo técnico conclusivo quanto ao balanço nutricional do sistema solo-planta, com ênfase no estado nutricional do solo e sua condição em continuar recebendo o tipo de fertilizante com vistas aos aspectos ambientais. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem. Na impossibilidade da realização de amostragem pelo responsável técnico, o empreendedor deve cumprir as exigências dispostas no Art. 4º da Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 27 de outubro de 2017, para tal. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Métodos de análise: Conforme “Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 4 – Apresentação dos resultados das análises de solo, pag. 21 - 24” (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.



2. Resíduos Sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir:

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN COPAM nº 232/2019.

| Resíduo | | | | Transportador | Destinação final | | Quantitativo total do semestre (tonelada/semestre) | | |
|--|--------|------------|--------------------------|---------------------------------------|------------------|---------------------------------------|--|-------------|-----------------|
| Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012 | Origem | Classe (*) | Taxa de geração (kg/mês) | Razão social, CNPJ, endereço completo | Tecnologia (**) | Destinador / Empresa responsável | Qtd. destinada | Qtd. gerada | Qtd. armazenada |
| | | | | | | Razão social, CNPJ, endereço completo | | | |

(*) Conforme ABNT NBR 10.004, ou a que sucedê-la.

(**) 1 - Reutilização

4 - Aterro industrial

7 - Aplicação no solo

2 - Reciclagem

5 - Incineração

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

3 - Aterro sanitário

6 - Co-processamento

9 - Outras (especificar)

Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.